



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-
AMERICANA-UNILA
INSTITUTO LATINO-AMERICANO ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA-ILAESP
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA DE FILOSOFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Marcos Afonso Lopes Ziemann

**A Dialética do Livre-arbítrio:
Reflexões desde as Musas até a Filosofia Medieval**

Foz do Iguaçu-PR

2024

Marcos Afonso Lopes Ziemann

**A Dialética do Livre-arbítrio:
Reflexões desde as Musas até a Filosofia Medieval**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA como requisito à obtenção do título de Graduado em Filosofia.

Orientador: Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior.

Foz do Iguaçu-PR

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a meu Deus por tudo que tem feito na minha vida.

A meu orientador, Prof. Dr. Napoleão Schoeller de Azevedo Júnior, pelo acompanhamento, orientação e amizade e por tudo que fez por mim que, mesmo com falhas, acreditou em mim.

Ao Curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, na pessoa de seu coordenador Prof. Ladislau Homar Land a Vasquez pelo apoio recebido e inspiração.

Ao colegiado do Curso de Filosofia, pela compreensão aos momentos difíceis.

Às Professoras Idete Telles e Juliana Franzi, pelas contribuições que me proporcionaram e sugestões no trabalho.

Agradecer aos meus colegas de sala, pelo convívio e ajuda.

SUMÁRIO:

01 – Introdução	06
02 - Sobre Santo Agostinho & Santo Boécio	07
3. Sobre os Pré-socráticos	09
3.1. Sobre os Estóicos	11
3.2. Sobre o período Medieval	12
4. Sobre Santo Agostinho	13
05- Sobre Boécio	22
05.1. Sobre a Providência divina	29
06- Em conclusão	32
Referências	34

**“O começo da sabedoria é encontrado na dúvida; duvidando começamos a questionar, e procurando podemos achar a verdade.”
PEDRO ABELARDO**

Marcos Afonso Lopes Ziemann: "A Dialética do Livre-arbítrio: Reflexões desde as Musas até a Filosofia Medieval", 35 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Filosofia) Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA – 2024.

RESUMO:

Sendo nossa liberdade individual uma das discussões milenares mais acirradas, é também uma das questões fundantes da teologia cristã e da filosofia moral contemporânea. Aurélio Agostinho de Hipona (Santo Agostinho) & Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (Santo Boécio) foram dois dos principais intelectuais do período medieval que abordaram de maneira brilhante e exaustiva a natureza de tal conceito, aprofundando-o em suas obras. Para os Santos; nosso Livre-arbítrio seria a capacidade concedida por Deus, de nos permitir fazer escolhas morais. No entanto, devido ao pecado original, a vontade humana estaria inclinada ao mal, o que tornaria complicada essa escolha ao sumo bem, que é Deus. Tornando-a, nossa escolha, dependente da graça divina para ser reorientada e fortalecida, na compreensão de Agostinho. Já Boécio argumentou que o livre-arbítrio é essencial para a moralidade e a responsabilidade humana. Ele defende que, embora Deus tenha conhecimento de tudo o que acontecerá (onisciência), isso não implica que as ações humanas sejam predestinadas ou que os indivíduos não tenham liberdade para agir. Para Boécio, o conhecimento prévio de Deus não interfere na liberdade das escolhas humanas; em vez disso, a liberdade é um aspecto fundamental da condição humana. Ambos os filósofos concordam que o Livre-arbítrio é a capacidade humana que nos permite fazer escolhas morais.

Palavras chave: Deus. Liberdade. Vontade. Responsabilidade moral. Providência divina. Livre-arbítrio. Santo Agostinho. Santo Boécio.

01 - Introdução

Iniciaremos esta pesquisa a partir da fase mitológica, onde que, para Juanito de Souza Brandão; “a mitologia grega chegou até nós através da poesia, da arte figurativa e da literatura erudita, ou seja, em documentos de cunho 'profano' (Brandão, 1986; p. 26)", onde podemos encontrar a mítica história das Musas: *Moiras* para os gregos e *Parcas* para os Romanos. “A palavra grega *Moîra* provém do verbo *meíresthai*, obter ou ter em partilha, obter por sorte, repartir, donde *Moîra* é *parte, lote, quinhão*, aquilo que a cada um coube por sorte, o *destino* (Brandão, 1986; p. 140)”.

E, diante da necessidade de conhecermos um pouco mais sobre esse antiquíssimo Mito, apresentar-lhes-emos com maior profundidade as Parcas romanas, também conhecidas por Moiras, na mitologia grega, que são as figuras mitológicas, que desempenharam um papel muito importante na concepção do que compreendemos por destino, melhor dizendo, do destino humano, segundo Brandão.

Na mitologia grega, as Moiras seriam três irmãs que controlariam o destino dos seres humanos e dos Deuses. Elas são as responsáveis por tecer, medir e cortar os fios da vida de cada indivíduo. Os fios tecidos por elas representariam os destinos das pessoas, sem nenhuma exceção. A medida representaria a duração de sua existência terrestre, e o corte representaria a sua finitude aqui neste planeta não mais, tão azul.

Embora as Moiras sejam figuras mitológicas, sua representação de destino tem implicações filosóficas. Pois, a ideia de um destino pré-determinado, em que cada ser humano teria um fio de vida que seria tecido e cortado ao bel critério dessas Moiras, levanta questões sobre a Liberdade humana e o nosso possível Livre-arbítrio. Filósofos como os estoicos, por exemplo, podem encontrar paralelos entre a concepção das Moiras e sua própria visão do destino como uma ordem racional e inevitável, ainda na doura compreensão de Espindola. No estoicismo, segundo suas pesquisas, a aceitação do destino é vista como uma virtude e uma forma de alcançar uma possível tranquilidade interior.

No entanto, é importante que se ressalte que a filosofia não se embasava e não se embasa na existência literal das Moiras e ou Parcas, mas sim na exploração de conceitos como o destino, o livre-arbítrio e a liberdade humana. As Moiras podem ser consideradas como uma metáfora ou uma representação desses tantos conceitos.

A *Moira*, ou o destino, em tese, é fixo, imutável, não podendo ser alterado nem pelos próprios deuses. Há no entanto alguns intelectuais que fazem sérias restrições a estas afirmações e caem no extremo oposto, segundo Brandão: "Aos olhos de Homero, *Moira* confunde-se com a vontade dos deuses, sobretudo de Zeus (Brandão, 1986; p. 141)". Portanto, predeterminados¹ em todas as ações, por insignificantes que pudessem aparentar.

¹ O determinismo; corrente teórica que afirma que há um conjunto de condições que determinam as ações dos sujeitos no mundo, especulando, portanto, a existência de uma grande coesão universal interligando a todos os indivíduos como partes de um só contexto "(Reale; 1992)".

02 - Sobre Santo Agostinho & Santo Boécio.

Dois intelectuais do período medieval; Aurélio Agostinho de Hipona (Santo Agostinho) & Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (Santo Boécio) foram essenciais no aprofundamento desta discussão e principiaram por tentar entender a presença do mal no mundo em relação ao livre-arbítrio. Agostinho, por exemplo, argumenta que o mal não é uma substância, mas sim a privação do bem, resultante de escolhas inadequadas feitas pelos seres humanos que abusam de sua liberdade. Boécio também reflete sobre a origem do mal e sua relação com a escolha humana. Apesar dessas semelhanças é importante destacarmos que o imaginário trazido por Boécio é mais secular do que o de Santo Agostinho, pois Boécio embora cristão inspirou-se fortemente na filosofia clássica, principalmente em Platão e no estoicismo para escrever seu celebre livro: “A Consolação da Filosofia”. Portanto, suas abordagens, além de convergências, têm diferenças significativas que refletem suas distintas tradições de pensamento. Vamos a elas.

Partindo do que pensou Boécio, registrado em seu livro: “A Consolação da Filosofia”, o autor inicia seus escritos lamentando os infortúnios que vivia naquele momento, uma vez que se encontrava encarcerado, sendo torturado diariamente, acusado de traição. Diante deste sofrível quadro, Boécio buscou explicações na filosofia, sua anterior mestra, criando uma personagem para seu livro; denominada “Filosofia”, para assim poder elaborar o diálogo que lhe (nos) explicará, embasada nos próprios conceitos filosóficos, dos porquês da fortuna (Deusa da sorte) ter-lhe abandonado, uma vez que ele havia feito tudo o que a Filosofia lhe ensinara ser o mais correto e virtuoso. Havia sido honesto, bom filho, bom marido, bom pai, fiel aos amigos, cumpridor de seus deveres sociais, adentrando à vida política para servir idealmente ao corpo social de sua época e mesmo assim, encontrava-se vitimado e torturado, sofrendo horrores indescritíveis, semelhante à um dos piores seres humanos. Para ele isso havia se tornado incompreensível.

Diante deste quadro de sofrimentos, assim que a personificada Filosofia é apresentada e fazendo uso de suas palavras, ela toma as dores de seu discípulo, depois de ouvi-lo em seus queixumes e, num rompante de fúria, expulsa as Musas que o cercavam e o induziam à confusão, fazendo-o sofrer por inúmeros fatores que não lhe eram pertinentes sofrer, uma vez que as perdas que havia sofrido cruelmente, segundo o

próprio autor, realmente não eram essenciais à verdadeira felicidade; fim último de todos os seres humanos, segundo Aristóteles e outros intelectuais, inclusive Boécio.

O que ele imaginava serem perdas, para sua mestra, eram apenas as sombras, as ilusões das verdadeiras virtudes. Lançando olhares inflamados de cólera às Musas que cercava seu discípulo, a personificada “Filosofia” elevando sua voz, questiona: “Quem permitiu a estas impuras amantes do teatro aproximar-se deste doente? Elas não só não podem remediar a sua dor como vão ainda acrescentar-lhe doces venenos (Boécio, 1998; I. p. 02)”. Ainda na voz de sua personagem “Filosofia”; ele é convidado a deixar as coisas humanas, (honras, riquezas, poder) de lado, uma vez que foram elas que o haviam cegado, levando-o àquele atual imenso e enganoso sofrimento.

Diante da necessidade de tornarmos mais claro esta pesquisa, retornaremos na linha do tempo novamente onde, posterior a essa fase mitológica, surgiram alguns outros seres humanos que se tornaram os pensadores que, buscaram deixar de se embasar nas histórias oriundas desses múltiplos Mitos, que permeavam quase todo o imaginário épico humano e, insatisfeitos com as respostas que obtinham, voltaram-se, melhor dizendo, buscaram transformar e racionalizar melhor seus pensamentos e os dos demais ao seu redor.

Primeiramente, buscaram mudar a maneira como pensavam, não interferindo no meio, mas sim, mudando suas óticas particulares, para novas e outras pertinentes tentativas de compreenderem, ‘exatamente’, *como*, os elementos da natureza que os envolviam/cercavam, se davam no todo, como aconteciam realmente, para além da mera crença, sem ficção, sem ilusões elaboradas por mentes criativas, mas, sim, através de observações pontuais, refletidas por muitas vezes até encontrarem uma resposta mais próxima da ideal possível, que não fosse uma mera opinião pessoal, irrefletida, em relação aos fenômenos Naturais que os amedrontavam e os aprisionavam numa incerteza e numa eterna dívida com ‘seres divinos’ que sequer sabiam existirem verdadeiramente.

3. Sobre os Pré-socráticos

Neste contexto, aparecem os filósofos pré-socráticos, os primeiros gregos a tornarem-se conhecidos por abrirem o caminho da discussão que levaria ao início da tentativa de abandonar as explicações mitológicas, que mais nos confundia do que nos

ajudavam. Iniciando assim, um novo caminho que serviu de norte para os posteriores pensadores que buscariam encontrar os primeiros princípios racionais do Universo.

Estavam eles também, todos predeterminados, mas agora não mais pelas Moiras ou Parcas, (as três irmãs mitológicas), mas, agora sim, por quatro elementos da natureza: *terra, água, fogo e ar*. Segundo consta em diversas pesquisas, esses primeiros filósofos surgiram na Grécia, há mais ou menos 2.600 anos. Oriundos da necessidade de entenderem uma série de fatores, esses pensadores criaram todo um modo de pensar racional e autônomo.

Uma vez que o primeiro período da Filosofia grega foi denominado como *Pré-Socrático* (pois seus representantes fizeram uma Filosofia diferente da que foi feita por Sócrates, quase 200 anos depois de Tales de Mileto) ou *Cosmológico* (pois eles fizeram um tipo de cosmologia, que é uma maneira racional de entender a origem do Universo — cosmos, em grego — em oposição à visão mitológica).

Abandonando ou na iminente tentativa de abandonar os mitos que os aprisionavam com as eternas correntes da incerteza especulativa, passávamos a partir deste momento, para a *Era* do raciocínio intelectual, buscando encontrar as respostas nas reflexões, mais racionais possíveis, para explicar os fenômenos naturais acontecidos a nós, naquele momento ainda para muitos, cremos ser a maioria, incógnitos.

Um pouco mais a frente, nesta mesma linha de tempo, surge Pitágoras e os pensadores pitagóricos com os números harmoniosos. Continuávamos com a ideia de sermos pré-determinados, mas agora, esses pensadores, *a harmonia dos números* definiria todo o nosso futuro, ou o nosso destino, se assim ficar mais bem compreendido.

Já perto de 400 antes de Cristo surge o movimento dos Sofistas², com a novíssima ideia de que nós, seres humanos, éramos os senhores de nossa existência. Muito do que sabemos sobre os Sofistas está contido nos diálogos platônicos e nos escritos de Aristóteles, nos quais são dura e constantemente criticados. Onde, as críticas contrastariam com a etimologia da palavra “sofista”, cuja origem é *sophós* e significa *sábio ou habilidoso*, mas passa a denotar aqueles que *aparentam ser sábios*, entretanto, não alcançando necessariamente a verdade.

² Os sofistas; foram amplamente criticados desde Sócrates até meados do século XIX. Em sua maioria, esses pensadores estiveram na cidade de Atenas, em razão da organização política dessa cidade-estado no século V a.C., mas não eram cidadãos. Por isso a filosofia dos sofistas e de Sócrates concentrará a própria atenção sobre a natureza do homem e da sua virtude ou areté, de onde nascerá o problema moral. (Reale, 1992).

E, quase neste mesmo momento destacam-se Sócrates, Platão e Aristóteles, onde se dá que, para estes três pensadores o conhecimento e a liberdade que ele nos proporciona capacitariam a nós, seres humanos racionais, com a sabedoria de sermos os senhores de nosso futuro desconhecido. Do destino.

E é importante destacar que a concepção de liberdade, na filosofia antiga era diferente da concepção moderna, e os pensadores anteriores a Sócrates não desenvolveram uma teoria explícita sobre esse tema. Suas preocupações filosóficas estavam mais voltadas para a Natureza natural do mundo e a busca pelo conhecimento completo dela, ou, o que era possível entender até aquele momento, através dos recursos que detinham desenvolvidos.

3.1. Sobre os Estóicos

Adentraremos neste momento, ao que se desenvolveu no pensamento dos intelectuais estóicos onde o estoicismo, (por ter se tornado uma das principais escolas filosóficas da Grécia antiga), colocou a teoria do destino, como que desempenhando um papel central naquele momento. Os estóicos acreditavam, em sua grande maioria, que o universo era governado por uma ordem racional e que tudo o que acontecia estaria acordada com esse destino ou essa providência divina.

De acordo com os estóicos, o destino era uma força inevitável e inescapável que determinava todos os eventos e acontecimentos do Universo. Eles acreditavam que tudo o que acontecia fazia parte de um plano divino e que, cada indivíduo, tinha necessariamente um papel específico a desempenhar nesse plano universal. Os estóicos também defendiam a ideia de que a razão e a virtude seriam as chaves para se viver em harmonia com o destino. Eles acreditavam que, embora não possuíssemos o poder de controlar todos os eventos externos, poderíamos ao menos, controlar as nossas ‘reações’ e ‘atitudes pessoais’ em relação a eles.

E, a virtude, para os estóicos consistiria em vivermos de acordo com a razão aceitando o destino o mais pacientemente/pacificamente possível, vivendo de acordo com essa virtude. Assim procedendo, poderíamos alcançar a tranquilidade interior e a sabedoria³. Em uma síntese provisória deste pensamento, a teoria do destino no

³ Sabedoria; o conhecimento das coisas divinas. Ciência e Sabedoria em Agostinho: um estudo do de Trinitate. Angelo Zannoni Ramos. São Paulo/ junho de 2003. Acessado em 20 de dezembro de 2023. www.filosofante.org/filosofante/not_arquivos/pdf/Angelo_ciencia_sabedoria_Agostinho.pdf

estoicismo, sustenta que o universo seria governado por uma ordem racional e que tudo o que aconteceria, estaria de acordo com esse ‘querer’ divino. Os estóicos enfatizavam a importância de viver-se em harmonia com o destino, aceitando-o com a maior serenidade possível e vivendo de acordo com essa virtude.

Sendo Zenão (333-264 a.C.) o precursor desta escola Estoica, criador dos fundamentos desta doutrina, que mais tarde foi defendido por seus dois mais proeminentes sucessores; Cleantes (300-232 a.C.) e Crisipo (280-207 a.C.). Essa doutrina contribuiu para a evolução de todo o nosso pensamento filosófico, quando trouxeram suas inúmeras inquietações para as discussões que permearam toda a época em que existiram e que, ainda suscita outras na contemporaneidade. Que é a discussão sobre: *se somos livres realmente para escolhermos o que acreditamos escolher todos os dias, ou seria apenas uma ingrata ilusão humana, entretanto necessária aos desígnios divinos?*

3.2. Sobre o período Medieval

Adentrando novamente ao período Medieval⁴, período de suma importância para a nossa atual pesquisa. Onde se dá que, para os pensadores deste momento, os julgamentos que fazíamos poderiam nos conduzir diretamente para a salvação ou danação de nossa imortal alma. Cronologicamente; esse período começou ainda na Antiguidade, mas é comumente definido como a produção filosófica do período Medieval. O desenvolvimento de nosso conhecimento durante o período que se compreende por Idade Média, contou com inúmeras particularidades diversas, afastando-o da perspectiva errônea, que definia o período acima citado; como a “Idade das Trevas”.

Contudo, a grande valorização e predominância dos valores religiosos e as demais condições específicas desse momento, fizeram desse período, um momento *singular* em relação aos demais períodos históricos. Nesse aspecto, a grande influência da igreja católica ajudou a estabelecer uma cultura de traço teocêntrico⁵.

⁴ Medieval; A Idade Média é o nome do período da história localizado entre os anos 476 e 1453. A nomeação “Idade Média” é utilizada pelos historiadores dentro de uma periodização que engloba quatro idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Quando nos referimos à Idade Média, geralmente referimo-nos a assuntos relacionados, direta ou indiretamente, com a Europa (Kenny, 2004).

⁵ Teocentrismo; é uma doutrina que se baseia em princípios bíblicos. Essa modalidade declara Deus como a base central de todo o mundo, Ele é o autor e único responsável pela criação de todas as coisas que

Durante o século terceiro, Tertuliano apontava que uma crença só poderia ser verdadeira se estivesse atrelada aos valores cristãos. Portanto, diante deste quadro, brevemente, outros intelectuais/clérigos defenderam que os dogmas do pensamento cristão não poderiam estar subordinados à razão. Diante desse quadro adentraremos aos posicionamentos de Santo Agostinho, em relação ao que ele pensou sobre nossa liberdade de ação e porque ele teve por norte, tal conceito.

4. Sobre Santo Agostinho

Santo Agostinho foi um jovem bastante inquieto, entretanto comum, para a sua época. Relacionou-se com mulheres, inclusive sendo o pai de um menino com uma dessas moças, que por infelicidade acabou falecendo ainda jovem. Agostinho, semelhante a qualquer outro jovem de sua idade, conviveu com seus problemas pessoais, familiares e existenciais que poderiam existir naquela época. Entretanto, havia um pensamento que lhe incomodava, e acreditamos não era comum a todos os jovens: qual era a natureza do mal? Qual a sua origem? Qual o agente que lhe dera causa?

Durante sua juventude não lhe faltou o amor, apoio e a orientação de sua querida mãe, Mônica (mais tarde canonizada como Santa Mônica), que era uma cristã devota, piedosa e fervorosa em suas convicções religiosas. Mas, Agostinho, ausentando-se dos ensinamentos maternos inicialmente, buscou em outros lugares, respostas para as suas inúmeras inquietações que lhe atormentavam a alma.

Santo Agostinho, um dos doutores da Igreja Católica, foi um dos primeiros a fundamentar os principais dogmas e teorias da base teológica do cristianismo. Agostinho estudou lógica, filosofia e retórica. Tornando-se grande professor de retórica, inclusive continua sendo reconhecido como um dos *pais* da igreja até a data do presente dia.

Os "Pais da Igreja" são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior (Oliveira em Agostinho, 1995 p. 07).

Agostinho procurou com base em seus muitos estudos, vários modos de encontrar conforto espiritual pela perda de sua amada progenitora. Agostinho

existem. A filosofia do Teocentrismo na Idade Média se baseava nos mandamentos da Bíblia e foi muito defendida por esses povos (Kenny, 2004)".

aproximou-se, em suas palavras; ‘infelizmente’, do Maniqueísmo; uma seita/doutrina religiosa com base sincrética (cristã e pagã, advinda do zoroastrismo), que enxergava um dualismo moral no mundo, o qual seria dividido apenas entre duas forças em equilíbrio: *o bem e o mal*. Além disso, Agostinho aproximou-se de outras doutrinas filosóficas gregas antigas, como o Hedonismo, que seria algo do tipo; uma doutrina Ética e filosófica que defendia a busca pelo prazer como a última e vital finalidade da vida a ser alcançada por nós, seres humanos. E, o Ceticismo, que seria uma vertente de pensamento filosófico helenística, fundada pelo filósofo grego Pirro (318-272 a.C.), caracterizando-se, essencialmente, por duvidar de todos os fenômenos que nos rodeiam.

Agostinho não podia aceitar que Deus fosse o autor da maldade que presenciava em Roma e nas demais cidades ao seu entorno. E, nessa angústia que o perseguia e o entristecia cotidianamente, acabou conhecendo os ensinamentos de Plotino; em grego clássico: Πλωτῖνος; em latim: *Plotinus*; c.205 - 270) que era um dos principais filósofos de língua grega do mundo antigo, naquele momento e que, acabou conduzindo-o mais para perto de Deus. Entretanto tinha algo de seu pensamento que desagradava Agostinho. Era a questão sobre o mal moral... que se opõe à Deus. Passemos a palavra:

Até esse ponto, a tese neoplatônica o satisfazia. Mas poderia ser dito o mesmo do mal moral, que se opõe diretamente à vontade de Deus? Plotino dava resposta inadmissível a essa questão perturbadora. Alegava ser a matéria essencialmente má, e a responsável pelo mal. Agostinho não levou em consideração tal resposta (Oliveira em *Agostinho*, 1995; p. 13).

O Santo nos intimava a compreendermos aquilo em que passávamos a acreditar, e ainda está aberto esse convite, pois ele não via com muito bons olhos, esses seres humanos que creem ingenuamente em tudo o que ouvem, sendo ‘inocentes’, não se questionam por que creem no que creem e porque creem da forma que creem naquilo que foram convencidos a crerem. E em suas pesquisas sobre a autoria do mal, o Santo percebeu que não havia um único autor para a maldade humana, e sim, inumerável seriam os seus autores. Pois em sua doura visão, todos nós somos os autores de nossas desgraças ou maravilhas pessoais. Por isso, o Santo continua a nos convidar a estudarmos sobre aquilo que possamos passar a crer, neste ou naquele momento, não importa. Pois, quando estudamos sobre o que passamos a crer, e aprendemos realmente o que é, de onde veio e quem o criou, segundo o Santo, muito menos fácil será de sermos, possivelmente iludidos com doutrinas, muitas delas equivocadas em sua gênese, que nos conduzem, em vez de, no sentido celestial, do caminho para o céu, nos conduz

para lugares que talvez, sinceramente, jamais gostaríamos de estar, vulgarmente conhecido por inferno.

Na obra: “O Livre-arbítrio”, de Santo Agostinho, há uma breve síntese quase no início do texto que afirma: “Em conclusão, chega a afirmar em síntese: a fonte do mal moral, o pecado, está no abuso da liberdade, mas esta é um bem (Agostinho, 1995; p. 12)”.

Portanto, já no início de sua obra, no primeiro capítulo de seu livro o Santo já nos deixa bastante claro, do que tratará os escritos, os seus relatos, que deixará materializado para todos nós nesta sua obra literária. O Santo parte da necessidade de compreender a essência do pecado para conhecer a sua origem. Que somente será algo compreensível a nós, passível de punição ou de premiação, se pudermos escolher entre uma determinada ação e outra, livremente. Melhor dizendo, se tivermos uma ‘real/verdadeira’ liberdade para escolhermos ou ‘não’ escolhermos, que também não deixa de ser escolha, a recusa em escolhermos algo. Ou, melhor dizendo, se tivermos Livre-arbítrio.

Já no segundo capítulo, o autor prova a existência divina, que segundo o Santo, seria o autor incontestável de todo o bem. O capítulo terceiro seria o aprofundamento dessas ideias apresentadas nos dois primeiros capítulos com maiores e melhores esclarecimentos.

Em ato contínuo nesta sua obra, ele deixa claro como se dava o entendimento dos Maniqueus, seita da qual fez parte por um grande período de sua vida juvenil. Portanto, diante disso, eis aqui uma breve síntese da teoria maniqueísta, em suas palavras:

Para os maniqueus, havia duas divindades supremas a presidir o universo: o princípio do Bem e o do Mal—a luz e as trevas. Como consequência moral, afirmavam ter o homem duas almas. Cada uma presidida por um desses dois princípios. Logo, o mal é metafísico e ontológico. A pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz. Este lhe é imposto (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 13).

Sendo o douto Santo, mais uma das vítimas do pensamento dualista dos Maniqueus, como ele mesmo deixou escrito, ele afirma nesta altura de seus escritos que, foi em Plotino⁶ que encontrou e também foi quem lhe forneceu a resposta mais próxima,

⁶ Plotino; geralmente considerado o fundador do chamado neoplatonismo. Ele é um dos mais influentes filósofos da Antigüidade, depois de Platão e Aristóteles. Aos 28 anos, um crescente interesse por filosofia levou-o a Alexandria, onde tornou-se discípulo de Amônio Sacas por 11 anos. Depois disso, Plotino dedicou-se ao estudo da filosofia persa e indiana (Huisman, 2001).

da que ele imaginava ser a melhor resposta, mais próxima da ideal possível, que ele buscava para esta questão: “Se tudo provém de Deus, que é o Bem, de onde provém o mal? (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 16)”. E em resposta Plotino afirmou: “o mal não é um ser, mas deficiência e privação de ser (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 16)”.

Portanto, dando continuidade a essa discussão acontecida no diálogo que o Santo teve com seu amigo Evódio, sob a ótica de que não existira o mal no Cosmo, mas somente graus inferiores de ser. Sendo que essa inferioridade estaria relacionada em comparação ao ser supremo, que para o nosso Santo seria o nosso Deus. Esses graus seriam os graus de finitude que os seres encontram em seus diferentes níveis, em relação a Deus.

Adentrando ao quesito da moral; o mal moral seria o pecado, e esse, exclusivamente, dependeria de nós para ocorrer, de nossas particulares ações, de nossa vontade livre de amarras. E, dando voz novamente ao Santo; “E a má vontade não tem "causa eficiente", e sim muito mais, "causa deficiente” (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 16)”. Pois, para o Santo, a vontade natural humana deveria tender para o bem supremo, que é Deus. Mas, por haver inúmeros bens criados e finitos, à vontade, muitas vezes, tende a eles, subvertendo assim a ordem hierárquica que nos leva a preferir às coisas criadas, ao criador. Pensamento semelhante ao de Boécio. Onde geralmente acontece que passamos bestialmente a preferir bens inferiores aos bens superiores. E, de uma maneira simples, tanto quanto possível, o Santo nos deixa registrado nas seguintes linhas: ‘que o pecado é precisamente a nossa escolha equivocada entre esses bens’. E, para o douto Santo, o mal físico, semelhante às nossas doenças, aos sofrimentos e à morte que amedronta a existência humana é consequência do pecado original dos dois primeiros moradores do Jardim do Éden; Adão e Eva. Que conheceram a face de Deus. Portanto, a título de síntese desta ideia, o mal físico seria a consequência do mau moral.

O Santo ainda em seu livro, o "Livre-arbítrio” insiste afirmando uma miríade de vezes, a essencial e ‘infinita bondade’ de Deus, aprofundando sua ideia de que, sem a liberdade de podermos escolher entre uma coisa ou outra, nossas opções não teriam nenhum valor e muito menos algum não valor. E, em suas próprias palavras: “Sem o livre-arbítrio não haveria mérito nem demérito, glória nem vitupério, responsabilidade nem irresponsabilidade, virtude nem vício (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 18)”.

Um dos pensadores que melhor escreveu sobre essa ideia, que estamos discutindo neste momento, foi Etienne Gilson, que tendo resumido de modo muito eficaz o pensamento agostiniano sobre as relações entre a liberdade, à vontade e a graça,

resumi assim: "Duas condições são exigidas para fazer o bem: o dom de Deus que é a graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem a graça, o livre-arbítrio (após o pecado original) não quereria o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realizá-lo (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 18)". Então, segundo entendimento próprio, a graça não teria o poder de suprimir à vontade, mas sim o de torná-la boa, pois ela havia se transformado em má. E, para o Santo, este poder de usar bem ou mal o nosso livre-arbítrio é a liberdade precisamente. Estarmos com a graça, (estarmos agraciados), para o Santo doutor, numa síntese minuciosa é, a: *não mais possibilidade de conseguirmos pecar*.

Nós, uma vez que agraciados por esta *graça divina*, que não alcançamos por nenhum tipo de mérito pessoal, pois ela nos é concedida totalmente independente de qualquer boa ou má ação que possamos ter efetuado, pois ela é realmente "grátis". E, uma vez que sejamos abençoados por sermos portador desta maravilha, já não conseguiríamos pecar, uma vez que sequer passaria por nossas mentes um ato tão vil, não nos ocorreria sequer à remota possibilidade de vir a pensar em pecar, quanto mais pecar. Portanto, essas pessoas que não mais conseguissem fazer o mal, estariam fazendo parte do grau supremo de liberdade. Estando dominado pela graça de Cristo você também seria um homem mais livre do que todos aqueles que ainda conseguem ter a infeliz possibilidade de continuarem pecando.

Pois, uma vez que não existisse em nós a possibilidade de escolhermos entre uma coisa e outra, como poderíamos ser responsabilizados por algo que fizéssemos de errado ou premiados por algo que acertássemos? Sendo assim, só há julgamento possível se houver a possibilidade de fazerem-se escolhas que possam ser livres dos múltiplos determinismos que porventura venham a existir. E a nos condicionar.

Neste ponto da pesquisa, levantamos outra questão que encontramos nos Santos escritos, ao qual temos usado como referência: "se aprendemos com alguém a pecar?" Para o Santo não é possível que alguém nos ensine a pecar, pois só seria considerado ensinamento, se fosse sobre algo bom, pois quem se atreveria a questionar que uma instrução pudesse ser algo nocivo a nós. Portanto, para o Santo, toda instrução é boa. Pois não há outra forma de aprendizado que não seja através da instrução. Portanto, fazer algo mau nada mais é do que renunciar às instruções, pois se te instruírem em relação ao mau, certamente será para que você possa aprender a, como conseguir evitá-lo. E, passando a palavra ao Santo novamente: "De onde se segue que, fazer o mal, não

seria outra coisa do que renunciar à instrução. (Pois a verdadeira instrução só pode ser para o bem) (Agostinho, 1995; p. 27)”.

Na continuidade da discussão entre os dois amigos, Evódio e o Santo, se questionam sobre qual é a causa que leva o ser humano a praticar o mal? E realmente, o que seriam esses atos maus? Seriam ações malignas então? Para o Santo, obviamente, tudo aquilo que nos afligia naquele momento e ainda continua a nos afligir ainda hoje, em qualquer sociedade ao qual estejamos inseridos, tais como: “Os adultérios, os homicídios e os sacrilégios, sem falar de outros maus procedimentos, os quais não posso enumerar, por me faltar tempo e memória (Agostinho, 1995; p. 30)”.

Sim, identificando parcialmente, claro, algumas de nossas maiores mazelas sociais. Podemos perceber que, (nossas mazelas) segundo o entendimento dos debatedores, *não* são más por serem proibidas pela Lei, e sim, só são proibidas por Lei, por necessariamente *serem* más. Mas para que não reste realmente dúvida alguma, realmente saberemos que uma ação é incorreta, quando realmente não desejarmos sermos contemplados com algumas delas, o que nos tornaria vítimas delas. Portanto, está dentro daquela máxima; ‘não façamos ao próximo o que não gostaríamos que nos fizessem’.

Neste momento, na obra do Santo; “O Livre-arbítrio”, os dois amigos aprofundam o debate sobre, se todos os crimes que a Lei condena realmente seriam pecados, pois parece que em alguns casos a Lei pune sem que haja delito contra o nosso Deus. Por exemplo, quando os mártires são assassinados por defenderem suas convicções religiosas veementemente frente a seus opositores. E, no aprofundamento desta ideia, eles concluem que a Lei não obrigaria ou desobrigaria nenhum ser humano a nada, em tempo nenhum, a fazerem o que realmente não quisessem fazer. E, nas próprias palavras do Santo:

Visto que a lei não as obriga a matar. Deixa-lhes somente a possibilidade de o fazer. Ficam elas assim livres de não matar a ninguém, em defesa daqueles bens que poderiam perder contra a própria vontade e que devido a isso não deveriam amar com tanto apego. Assim, quanto à vida, alguém se poderá perguntar, talvez, se ela é ou não tirada, com a morte do corpo. Caso ela possa ser tirada, então é um bem menos apreciável. Caso não possa, nada há para se temer (Agostinho, 1995; p. 37).

Continuando na discussão, os dois amigos debatem item por item dos delitos passíveis de punição e encontram delitos que a Lei não pune e são considerados pecado e há delitos que a Lei puniu e continua punindo que os Santos não acreditam que sejam ações pecaminosas. Outro exemplo foi a crucificação de Jesus e a perseguição dos

cristãos que ainda estavam muito recentes na memória dos amigos debatedores. “Parece-me, pois, que a lei escrita para governar os povos autoriza, com razão, atos que a Providência divina pune (Agostinho, 1995; p. 38)”. Eles compreendem que a Lei, para manter a ordem e os povos submissos, necessariamente, utilizam-se de recursos que são discutíveis, escusos, imorais e pecaminosos.

Da maneira que foi apresentado os relatos dos debatedores nesta obra, temos a impressão de que não há uma saída possível para que nós consigamos nos defender das possíveis covardias dos que nos governam, mas não, ao contrário disso. Pois os dois concordam que; “Na verdade, nada existe que seja tão árduo e difícil que não se torne, com a ajuda divina, bem simples e fácil (Agostinho, 1995; p. 39)”. E, para concluir este debate, eles orientam as pessoas a jamais colocarem suas expectativas pessoais à frente das dos demais, à frente do coletivo social.

Pois para o Santo, devemos ser sábios, e para ele, termos sabedoria é: não sermos tão insensatos, uma vez que, ‘aquele ser’ que a mente racional não o consegue dominar, será sempre cativo, escravo sim, de suas paixões sem regras morais, sociais e vis, levando-lhes impreterivelmente a pecarem contra si e contra o seu maior bem, o nosso criador divino. E nas palavras do Santo; “Mas se é verdade que a mente é uma coisa e a razão outra, em todo caso é certo que, somente a mente pode servir-se da razão. Donde a consequência: aquele que é dotado de razão não pode estar privado da mente (Agostinho, 1995; p. 49)”. E ainda, na tentativa de nos fazer compreendermos que, ninguém teria o poder de nos levar a errar, pecando contra o bem supremo sem realmente o querer, uma vez que o querer é nosso, somente nosso. E, o Santo nos deixa esta questão: “Existe, na tua opinião, algo mais nobre do que a mente dotada de razão e sabedoria? (Agostinho, 1995; p. 51)” e em ato contínuo Evódio, seu grande amigo e debatedor lhe oferece uma resposta a esta questão: “A meu ver, nada existe, exceto Deus (Agostinho, 1995; p. 51)”.

E, agora, gostaria de acrescentar um pensamento sobre uma das passagens mais belas, sobre o que Deus queria/pretendia, quando nos deixou livres para fazermos nossas escolhas, por menores e insignificantes que elas fossem. Foi, segundo o Santo doutor, porque ele (Deus) não queria que viéssemos a amar-lhe por obrigação, por determinação divina. Não, queria Deus, que, se acaso, nós viéssemos a amar-lhe que fosse pelos múltiplos motivos que não nos falta; o bem de nos ter dado a possibilidade de existência, de nos ter feitos ‘perfectíveis’ dentro da imperfeição que é *ser*, ser humano, que se reinventa e se rearranja inconscientemente a todos os milésimos de

instantes vivenciados. Em existir em nós o que denominamos hoje, de vida, em ter criado este paraíso que denominamos hoje por planeta Terra, somente por amor a nós. Seria-nos possível encher este estudo de páginas e mais páginas com os inúmeros motivos que temos para amar a Deus sem que fossemos obrigados a isso.

E, ainda no mesmo raciocínio, por Deus nos amar de tal maneira, a nós, impossível de compreender por não sermos Deuses, ‘ainda’, pois cremos que em nós, hoje, haja apenas um pequenino percentual do maior amor, que há em Deus, que é Deus. E, por sermos limitados da posse total deste supremo amor, dependemos efetivamente e necessariamente da graça divina que Deus nos concedeu gratuitamente, uma vez que somente podemos acessar essa graça se Deus assim o desejar, e o queiramos, pois não depende de nossos méritos sermos ou não sermos agraciados por tal maravilhoso benefício divino. Dependemos apenas do ‘puro desejar’. Lógico que se alguém estiver na prática constante de pecados, mais difícil será para que esse alguém venha a obter esta graça divina, mas não impossível, pois fica claro que não há critério algum, para que Deus nos a conceda. Apenas a sua infinita misericórdia.

Neste ponto da obra, acentua-se a discussão entre os dois amigos para saberem realmente se a nossa vontade existe. E, fica claro que, pelo menos temos a vontade de sermos felizes, na opinião dos dois debatedores; Pelo menos, eles consideraram o seguinte: “em relação à ‘ti mesmo’: não tens vontade alguma de levar vida feliz? Vejo que não se pode negar, que todos nós temos o desejo disso (Agostinho, 1995; p. 55)” E, portanto, chegamos à noção de boa vontade, e certamente, o que viria a ser isso: O que vem a ser essa boa vontade? Evódio também gostaria de saber, e, nas palavras do Santo doutor; “É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria (Agostinho, 1995; p. 56)”. Para o Santo, a boa vontade seria semelhante a um magnífico tesouro, onde quem o possuísse deveria se alegrar muitíssimo, e nas palavras do autor; “Põe, enfim, seu prazer e sua alegria em meditar sobre ela, considerando-a quanto é excelente e o quanto é impossível ela lhe ser arrebatada (Agostinho, 1995; p. 58). Seria-nos impossível que alguém mal intencionado, sem que queiramos, sem que permitamos, nos retirasse da posse dessa nossa boa vontade, uma vez que ela esteja em nós verdadeiramente. E como já dito anteriormente, (... para reaver tão grande bem, a única exigência é que o queira! (Agostinho, 1995; p. 57)”. E, refletamos com sabedoria no que o Santo destaca com tamanha veemência, pois somente depende de nossas escolhas em termos ou não essa boa vontade e defendê-la de todos os possíveis ataques a sua incorruptibilidade. Pois

somente através de uma boa vontade que esteja preparada para não sucumbir às más vontades, será possível sermos completamente felizes, pois, como bem sabemos, muitos são os que desejam ardentemente serem felizes, entretanto, somente poucos o conseguem verdadeiramente.

Mais um alerta fica claro nesta passagem da obra; aquele ser humano que desejar ser feliz, impreterivelmente deverá ser bom, pois os seres desventurados não obterão o que desejam que é: serem felizes. E, nas palavras do Santo doutor: “Ora, a lei eterna, em consideração da qual já é tempo de voltar a nossa atenção, decretou com firmeza irremovível o seguinte: o merecimento está na vontade. Assim, a recompensa ou o castigo serão: a beatitude ou a desventura (Agostinho, 1995; p. 62)”.

Mas, e aparece novamente ‘esse’ mas, porque, para o Santo existem dois tipos de homens; “uns, amigos das coisas eternas; e outros, amigos das coisas temporais (Agostinho, 1995; p. 64)”. E as coisas temporais podem ser alguma dessas que o Santo nos apresenta:

Em primeiro lugar, o corpo e os bens denominados corporais, tais como uma boa saúde, a integridade dos sentidos, a força, a beleza e outras qualidades das quais umas são inerentes às artes liberais, e por aí, mais desejáveis que outras de menor apreço. Em seguida, está o bem da liberdade. Sem dúvida, não existe verdadeira liberdade a não ser entre pessoas felizes, as quais seguem a lei eterna. Neste momento, eu refiro-me àquela liberdade dos que se julgam livres por não ter ninguém como senhores seus; ou aquela que é desejada por todos os que aspiram a ser libertados de seus senhores (Agostinho, 1995; p. 65).

Os debatedores ainda acrescentam que podemos considerar como bens, nossos familiares mais próximos, os aliados, os servos, e todos aqueles que nos esteja de alguma maneira, unidos por laços de convivência. Também é compreendida como bens, a pátria que normalmente a denominamos de mãe, as honras, os louvores e a glória popular, deixando por último a posse de valores monetários. Pois para aqueles que são amigos das coisas temporais, devem ser regidos pelas Leis temporais e os que são amantes das Leis eternas, devem se colocar submissos a ela.

E, nova discussão se trava em relação às consequências de se apegar ou não aos bens temporais, pois para os dois intelectuais não é aceitável e completamente contraproducente condenarmos o ouro e a prata por causas dos avaros, o vinho por causa dos ébrios, ou as mulheres por causa dos libertinos e ou adúlteros. E, Evódio concorda com o seu Santo amigo quando escreve: “Isso é bem verdade, não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim os homens que podem fazer mal uso delas (Agostinho, 1995; p. 67)”.

05- Sobre Boécio

A partir de agora passaremos a discorrer sobre o que refletiu e escreveu; Anício Mânlio Torquato Severino *Boécio*, a partir de agora Boécio, que muito provavelmente tenha se saciado na fonte que foram os ensinamentos/escritos de Santo Agostinho. Pois se está registrado é como realmente podemos e devemos pensar: “Não há escritor, em toda a Idade Média, que fale ou trate da questão do livre-arbítrio e do pecado que não tenha ido beber nesta fonte agostiniana (Oliveira em Agostinho, 1995; p. 21)”.

Segundo consta, a obra *De Philosophiae Consolatione* foi escrita na prisão, no início do século VI em Pávia, combinando elementos da filosofia estóica e neoplatônica, enquanto Boécio aguardava a execução da pena capital que lhe fora imposta. “Julgamento injusto que lhe valeu ser chamado de um ‘Sócrates da Antiguidade tardia’ destaca Fumaroli em (Boécio, 1998; I p. 12)”. Sendo escrita em prosa e verso, foi composta por cinco livros, nos quais Boécio destaca temas; do bem e do mal, do justo e do injusto, das virtudes e dos vícios sob o julgamento da Fortuna para, à luz do acervo de sua memória, retornar à sua interioridade num exercício terapêutico que a Filosofia personificada, agora sua interlocutora, lhe propõe. Obra que explora a relação entre a filosofia e a busca pela felicidade, especialmente em tempos de diversidade.

No início de seu livro, Boécio faz uma reflexão sobre a natureza da felicidade e a busca por ela. Onde sua *personificação* ensina que a verdadeira felicidade não depende de bens materiais ou da fortuna, mas sim da virtude e da sabedoria. Defendendo que a felicidade é um estado interior que pode ser alcançado através do conhecimento e da filosofia. E, para conhecermos um pouco melhor o autor, podemos nos aproveitar da descrição que Marc Fumaroli faz das qualidades intelectuais de Boécio, no prefácio à *De Philosophiae Consolatione*, para tentarmos compreender o melhor possível, como se deu o processo de rememoração utilizado pelo autor para poder dar vida a esta sua célebre obra:

Como todos os antigos letrados, Boécio tinha à sua disposição na memória, treinada desde a infância, os textos clássicos. Aprender a ler era, ao mesmo tempo, ‘apreender’ o texto lido, fixá-lo no espírito, abrigá-lo num compartimento da memória organizada e aumentada gradualmente, como uma vasta biblioteca invisível, mas não silenciosa: os textos lidos e aprendidos em voz alta podiam ser evocados em voz alta ou por uma voz interior que conseguia, à sua vontade, repeti-los, compará-los, meditá-los. Disse Fumaroli em (Boécio, 1998; p. 13).

Portanto, ao lermos o início do texto de Boécio, ao longo do diálogo estabelecido entre ele e a *mulher de estatura indefinível*, a personificada Filosofia, podemos perceber se tratar de temas muito caros à Filosofia onde ela lhe convida a revisitar o reino de suas memórias, e encontrar o que lá ainda estivesse latente, para assim poder refazer-se, encontrar-se, para ser mais exato. Por exemplo, quando a Filosofia lhe diz: “‘Por que choras? Donde vêm essas lágrimas? Fala francamente e do fundo de tua alma’. Se esperas a cura do médico, deves mostrar-lhe a doença’ (Boécio, 1998, I, p. 08)”. Convidando-o a investigar com maior exatidão o que realmente está lhe retirando a sua paz interior.

Eis que, diante da atenção desprendida por sua anterior mestra, Boécio passa a descrever tudo o que ele acredita ser a razão de seus inúmeros infortúnios, tornando seu texto algo semelhante a um manual com imenso poder de consolação, com o salutar benefício de até aplacar dores, sejam elas quaisquer, desde dores oriundas dos *males mundanos*, até dores físicas reais, oriundas das horrendas torturas que sofria o autor. E que continua nos servindo como uma espécie de bálsamo até os dias de hoje, sendo também de uma *beleza perfeitamente lógica*, nas palavras de Lucia Helena Galvão, não podendo deixar de destacar.

Eis que diante das tristes e sofríveis exposições de seu discípulo, sua personagem passa a lhe explicar que, semelhante ao que Santo Agostinho já havia identificado em suas reflexões, quando estamos submetidos aos caprichos da Fortuna, perdemos a direção da nossa vida. Deixamos de ser, e passamos a nos diminuirmos em relação ao SER, ao ponto de chegarmos a não sermos. Não vivendo e sim sendo consumidos:

Se confiasses teu barco ao sabor dos ventos, não navegarias para a direção desejada, mas para onde eles te levassem; se jogasse tuas sementes nos campos, haveria a alternância entre os anos bons e ruins. Tu te abandonaste ao domínio da Fortuna: deves submeter-te aos caprichos de tua mestra. (Boécio, 1998; II, p. 01).

Depois da atenção que desprendeu ao seu discípulo, a Filosofia explica-lhe em suaves palavras, porém sem deixar de ser firme, que devido ao grau de sua doença estar bastante elevado, será necessário ministrar-lhe alguns *leves remédios*, neste início de tratamento, para ir ministrando novos outros mais fortes e mais efetivos, de acordo com a necessidade e das possibilidades de compreensão do enfermo.

Boécio reconhece o *poder e o mel* contidos nas primeiras doses do remédio a ele ministrado, contidos na Retórica e na Música, “cujas palavras ‘encantam no momento

em que se as ouve’ mas eu te darei os remédios capazes de agir em profundidade quando chegar o momento (Boécio, 1998, II, p. 05)”, destaca sua mestra. E acrescenta: “Você Boécio, embriagado pelos favores da fortuna acabou perdendo a confiança nas leis da vida, tornando-se mais um seu escravo semelhante a tantas outras almas (Boécio, 1998; II, p. 05)”.

Neste momento do texto, Boécio mais uma vez faz com que, quase possamos ouvir a voz de Agostinho quando escreve: “Se a felicidade não pode estar na posse dos bens terrenos, efêmeros, ‘por que então, ó mortais, buscais fora de vós mesmos o que se encontra dentro de vós? O erro e a ignorância vos cegam’ (Boécio, 1998; II, p. 05)”. Daí que podemos entender que a suprema felicidade está para além da Fortuna, independentemente dela. Num lugar onde a Fortuna não consegue alcançar, expressos perfeitamente nos versos de Boécio que se assemelham ao douto pensamento agostiniano:

Não te esqueças de construir
tua casa;
Sobre a pedra sólida.
O vento poderá soprar a
qualquer hora;
E agitar a superfície do mar;
Feliz de estar ao abrigo;
Dentro de tuas quatro paredes,
Tu usufruirás de dias amenos;
E zombarás da fúria dos climas
(Boécio, 1998; II, p. 08).

Embasados nesses exemplos, podemos compreender uma das chaves para esta questão tão intrincada. *Abundância de bens não é igual à felicidade. A abundância, nesse caso, traduzir-se-á em indigência.* Repetindo o pensamento do douto Santo Agostinho:

A sabedoria é a vida feliz, a estultícia é a mais alta indigência [...] ‘A indigência consiste em não ter e não no temor de vir a perder aquilo que possuis. Mas este [Orato] era miserável ‘porque temia, muito embora não sofresse indigência (Agostinho, 1995; p. 29).

Diante dessas intervenções de sua personificação, Boécio passa a dar conta da precariedade/falibilidade das honras, do poder, dos cargos públicos, da fama, enfim de tudo aquilo que a Fortuna nos apresenta como felicidade, ao mesmo tempo em que nos obscurece a visão. Não poupando palavras Boécio assim declara:

[...] assim é a natureza humana: superior a todo o resto da criação quando usa de suas faculdades racionais, mas da mais baixa condição quando cessa de ser realmente o que é. Nos animais, essa ignorância de si mesmos é inerente à sua natureza; no homem, é uma degradação (Boécio, 1998; II, p. 09).

Adentrando novamente às páginas do livro de Boécio, logo no primeiro capítulo, dando voz a Filosofia, inicia o diálogo inquirindo a ele mesmo, sobre suas queixas/complicações, complicações estas que estão lhe adoecendo tanto física quanto espiritualmente. E um de seus primeiros argumentos, na tentativa de deixar o mais transparente possível, do que geralmente acontece com os mais diletos que a filosofia toma por discípulos e os orienta, como por exemplo;

E também não foi assim aos antigos, antes da época de nosso caro Platão, quando tivemos grandes embates com o perigo da estultícia? E na sua época não estava lá Sócrates, que, vencendo uma morte injusta, foi levado por mim à imortalidade? (Boécio, 1998; I p. 06).

Citando outros exemplos; Zenão, Sêneca, e porque não dizer dele mesmo, Boécio. Portanto ela sem se utilizar dessas mesmas palavras, diz que Boécio devia ter se informado direito sobre as possíveis *vítimas/mártires* da filosofia, anteriores a ele. Entendendo por *vítimas/mártires*, aqueles seres humanos que sofreram alguma agressão em vida, por terem se submetido e vivenciados verdadeiramente todos os ensinamentos filosóficos por ela sugeridos.

Pelo que conhecemos dos fatos históricos, estes e outros discípulos acima citados, da mestra Filosofia foram: *mal vistos*, muito mal vistos por alguns homens que detinham o poder naquele momento histórico, mas que não detinham os mesmos princípios filosóficos. Inclusive, alguns desses homens *mau vistos*, acabaram sendo convidados a deixarem de existir, devido estarem imbuídos e aplicando-os, dos mais finos princípios filosóficos, onde dava-se que esses mesmos convidados a morte, seriam os homens ideais para uma sociedade mais perfeita, do que aquela sociedade decadente em que se encontravam inseridos. Tornando-os distintos das turbas humanas existentes dentro daquele contexto histórico.

Quando a personificada Filosofia deixa claro para Boécio que ele não é *o único*, nem, muito menos seus sofrimentos, *originais*, no quesito de ser perseguido e achar-se injustiçado, ele passa a suavizar suas reflexões/percepções sobre os males recebidos. Terminando por lhe aconselhar a *nada temer, nada esperar*, pois somente assim desarmará aqueles que porventura estejam competindo com ele.

Um segundo argumento envolve algo que o prisioneiro não estava considerando: de *que o universo segue uma razão, uma ordem cósmica, não sendo fruto de cego acaso*, uma vez que nada acontece ao acaso, segundo sua personificação. Tudo é *Cosmo*, ordem, não *Caos*, desordem. E, nos ordenamos segundo essa mesma ordem,

quando bem orientados por princípios filosóficos. E a desordem emocional que Boécio se encontrava, levando-o ao sofrimento, não poderia ser nada mais do que o seu próprio esquecimento, de quem ele era e, de sua total perda de confiança nas leis da vida. Mostrando-lhe a contradição do que ele imaginava serem, os seus piores medos. Sua personificação consegue lhe clarificar sua visão, e convencê-lo de que ele realmente havia se perdido no caminhar, iludido pela fortuna, e por isso agora, encontrava-se preso pela dor e sofrimento, oriundos de sua disputa muito íntima com essa mesma Deusa conhecida por Fortuna. E no entendimento de sua mestra; “Consideramos que tua maior chance de cura reside na verdade de que acreditas num governo do mundo, quando dizes que ele não é sujeito a acidentes, mas à Razão Divina (Boécio, 1998; I, p. 12)”.

E, dando continuidade às explanações de sua personificação, surge o terceiro argumento, argumento este que tornou Boécio ainda mais conhecido; “*a roda da fortuna*”. “Minha natureza, o jogo interminável que jogo é este: virar a Roda (da Fortuna) incessantemente, ter prazer em fazer descer o que está no alto e erguer o que está embaixo (BOÉCIO, 1998, II, p. 03)”. Este argumento fala sobre as pessoas que, iludidas grandemente, dá maior importância do que realmente é devida, às benesses oriundas desta afortunada Deusa. Afortunada sim, pois toda e qualquer riqueza são propriedades dessa magnífica e maravilhosa Deusa. E, Boécio dando voz a essa divindade, escreveu:

A riqueza, as honras e os outros bens da sorte são minha propriedade. Esses bens estão sob as minhas ordens e me reconhecem como rainha; eles chegam ao mesmo tempo que eu e partem quando me vou. Chego mesmo a afirmar com certeza que, se tu fosses proprietário daquilo que reclamas, tu não o terias perdido (Boécio, 1998; II, p. 03)”.

Boécio, na voz de sua personificação, afirma com toda a certeza que: aquele ser humano que valoriza em demasia os bens oriundos desta divindade frustrar-se-á quando ela retirar aquilo que somente a ela pertence. Pois se algum humano é agraciado com os inúmeros presentes desta divina Deusa, que tenha consciência e venha a perceber que não são bens eternos, inalienáveis, e sim voláteis, supérfluos e temporais. Se comparados ao maior bem que é a felicidade. *Sermos felizes*. Inclusive, na compreensão de Boécio, um *homem feliz* chega bem próximo de se tornar um *ser divino*, Deus.

Mas, a filosofia não responsabiliza a Deusa da Fortuna, e nem deveria, por tomar de volta aquilo que somente a ela pertence. Recrimina sim, a Boécio por ter se deixado confundir, seduzir completamente, não desconfiando de que nada daquilo que lhe servia de apoio e felicidade existencial era realmente sua, pois em nenhum momento a Deusa

da Fortuna lhe disse serem seus, os bens que ela lhe emprestara desde tenra infância, uma vez que Boécio havia nascido agraciado com um lar abastado e pais afetuosos. E conclui seu argumento utilizando-se da máxima: ‘não podemos perder o que realmente é nosso, se perdemos, não nos pertencia’. “Acaso existe algum homem que possua uma felicidade tão perfeita que não se queixe da falta de algo? (Boécio, 1998; II p. 07)”. O quarto argumento que Boécio utiliza para continuar seus escritos é a questão sobre; “o que é a felicidade? Que o próprio responde: “É claro, portanto, que a felicidade é um estado de perfeição, pelo fato de reunir em si mesma todos os bens (Boécio, 1998; III 03)”. Pois, para o autor, quando acreditamos que, possuindo poder, riquezas, honras, glória e múltiplos prazeres, teríamos independência, seríamos autossuficientes, nos enganamos completamente, uma vez que esses são bens efêmeros que somente tendem a aumentar nossas dependências, uma vez que para poder mantê-los e reproduzi-los não conseguiríamos sozinhos. Portanto, temos de ter o auxílio de inúmeras outras pessoas. Aumentando assim nossa dependência e contrariamente, não nossa autossuficiência.

Que consigamos perceber a incoerência que o ilusionismo da fortuna nos leva é um dos mais sublimes conselhos existenciais que poderia nos deixar o autor. Onde em sua douda compreensão; o SER absoluto não pode fazer o mal. Quem o faz somente consegue afastando-se do SER, perdendo assim, pelo afastamento, partes de sua essência. E quanto mais longe estiver, menos essência participará, até esvaziar-se de si mesmo, permanecendo somente uma casca com existência, porém, sem conteúdo, sem sua verdadeira e necessária essência. Pensamento muito próximo ao de Santo Agostinho neste quesito. “Ele, o Criador, quis que os homens estivessem acima de todas as criaturas terrestres, e vós vos aviltais colocando-vos abaixo do que é mais vil. E afirmo ainda: não há bem material que não cause algum mal a quem o possui (Boécio, 1998; II, p. 09)”.

No terceiro livro, Boécio discute a natureza do bem e como ele é a verdadeira fonte de felicidade. Ele argumenta que o bem é o único que pode proporcionar alegria duradoura, enquanto as coisas externas, como riqueza e poder, são efêmeras e insatisfatórias. “Enfim, podemos dizer o mesmo a respeito da fortuna: não há nada nela que mereça ser procurado, não há nada nela que seja intrinsecamente bom, uma vez que ela também beneficia pessoas más e não é capaz de tornar bom àquele que a ela se associa (Boécio, 1998; II, p. 11)”.

Para o autor, a felicidade seria semelhante a um Estado Interior, enfatizando que a verdadeira felicidade não depende das circunstâncias externas ou das posses materiais.

Em vez disso, ela reside na virtude e na sabedoria, que são alcançadas através da reflexão e do autoconhecimento. Sendo o nosso sofrimento inevitável, sugerindo que esse sofrimento pode ser visto como uma oportunidade para o nosso crescimento espiritual e moral. A dor pode nos levar à reflexão e ao desenvolvimento da maior virtude. “Enfim, a Fortuna favorável usa de todos os seus encantos para desviar as pessoas do verdadeiro bem, enquanto a Fortuna desfavorável trava-lhes o caminho para levá-las novamente aos verdadeiros valores (Boécio, 1998; II, p. 15)”.

05.1. Sobre a Providência divina

Já nos quartos e quintos capítulos: autor discute o papel da *Providência divina* e como, apesar das dificuldades e injustiças da vida, tudo está sob o controle de uma ordem maior. Boécio defende que os eventos que parecem negativos podem ter um propósito maior em um plano divino. “Portanto, dado que o querer, o poder e a realização de uma má ação são, individualmente, uma infelicidade, um triplo infortúnio se abate necessariamente sobre aqueles nos quais vês reunirem-se essas três condições. (Boécio, 1998; IV, p. 07)” Para o autor, a maldade seria uma espécie de doença e os doentes em vez de serem odiados deveriam e são, dignos de lástima.

Adentrando aos comentários de Étienne Gilson sobre nosso tema de pesquisa, na tentativa de corroborar em sua compreensão, traremos seu douto entendimento sobre os escritos que Boécio, onde Gilson destaca que, diante da certeza de sua execução, não caberia a Boécio outro pensamento que não o de: se aproximar da Providência divina, uma vez que ele não nutria esperanças de, daquela situação em que se encontrava, sair com sua existência mantida por mais alguns anos, ou décadas provavelmente. “Ameaçado de morte, ele só podia se consolar no pensamento de um Deus providência cuja bondade é necessário abraçar, se se quiser tornar-se feliz, quaisquer que sejam as adversidades da fortuna (Gilson, 2007; p. 169)”.

Por outro lado, com sua abordagem mais voltada para a metafísica, Gilson argumenta que a relação entre a presciência divina e a liberdade humana é crucial para a compreensão da natureza de Deus e do ser humano. Ele enfatiza que a liberdade humana é uma característica essencial do ser humano, dado que somos feitos à imagem e semelhança de Deus, que é puro ato e liberdade. Em sua obra, “A filosofia na Idade Média”, ele argumenta que a presciência de Deus é um conhecimento que não *limita*, mas *enriquece* a liberdade humana, pois Deus vê o futuro em sua totalidade, mas não o

determina. Portanto, na compreensão desse autor, somos dotados de uma razão suficientemente capaz de nos orientar a sermos capazes de conhecer e escolher, sem amarras determinantes, quaisquer que elas sejam. Portanto, para o autor; “Quanto melhor se usa a razão, mais se é livre (Gilson, 2007; p. 169)”

Mesmo diante das inúmeras explicações de sua mestra, que é a Filosofia personificada, Boécio continua a inquirir-lhe sobre os desígnios divinos, uma vez que ele não os compreende completamente, podendo ser mais bem compreendido em suas próprias palavras:

Mas o que me leva ao extremo do espanto é o fato de que um Deus bom governa o universo! No entanto, ora ele concede seus benefícios aos bons e maltrata os malfeitores; ora, pelo contrário, ele dá uma vida de sofrimentos ao bom e consente em satisfazer os desejos dos malfeitores. Dessa forma, até que me proves o contrário, em que Deus diferiria do acaso? (Boécio, 1998; IV, p. 09).

Portanto, na continuação do encadeamento das ideias de Boécio, chegamos ao que o autor entende por *Providência divina*; “Com efeito, a Providência é precisamente a razão divina que reside no princípio supremo de todas as coisas e que ordena o universo; (Boécio, 1998; IV, p. 11).” Boécio continua...

Tudo o que vem ao mundo, todos os seres sujeitos à mudança e à evolução, tudo o que se move de uma certa maneira, encontram sua causa, sua ordem e sua forma na estabilidade da inteligência divina. Esta, firme na cidadela de sua indivisibilidade, fixa uma regra multiforme ao governo do universo. Quando se considera essa regra do ponto de vista da pureza da inteligência divina, chamamo-la Providência; mas quando se a considera com relação àquilo que ela põe em movimento e ordena, é o que os antigos chamavam Destino. (Boécio, 1998; IV, p. 11).

Anthony John Patrick Kenny argumentou em seu livro: “Uma Nova História da Filosofia Ocidental”, que a concepção tradicional da Providência divina, implicando na supervisão e no direcionamento divino dos eventos mundanos, pode gerar tensões com a noção de que os seres humanos têm a *liberdade de agir* conforme sua própria vontade. Nesse contexto, Kenny explorou como diferentes correntes filosóficas e teológicas abordaram esse dilema, oferecendo uma reflexão profunda sobre a natureza de Deus, a ordem do mundo e a experiência humana.

Kenny propõe uma reavaliação da Providência divina à luz da razão e da experiência contemporânea, desafiando aos seus leitores a reconsiderar suas crenças sobre a relação entre o *divino* e o *humano*. A sua análise convida a um diálogo entre fé e razão, ressaltando a importância de entender a providência de uma forma que respeite tanto a *soberania* de Deus quanto a *autonomia* do ser humano. Em seu texto Kenny buscou dar resposta a uma questão levantada por Boécio; “Nesse caso, pergunta Boécio,

a rede causal deixa qualquer espaço para o livre-arbítrio humano ou o encadeamento do destino obriga até os movimentos de nossas mentes? (Kenny, 2004; p. 319)” Kenny compreendeu que Boécio havia refletido com muita clareza quando afirmou que “o conhecimento não causa, em si mesmo, o que é conhecido. Podes saber que estou sentado, mas é estar eu sentado que causa teu conhecimento, não teu conhecimento que causa estar eu sentado (Kenny, 2004; p. 319)”. “Porém, Deus que vê todas as coisas como se estivesse em um eterno presente, nos vê de pé enquanto estamos de pé, nos observa sentado enquanto estamos sentados e nos percebe levantando enquanto estamos levantando”. Sem que essas visões determinem se permanecemos em pé ou caminhando, na brilhante compreensão do autor.

Ele examinou também, a relação entre a liberdade humana e o nosso destino. E o autor argumenta que, embora os seres humanos tenham livre-arbítrio, isso não contradiz a ideia de que existe um plano divino que orienta e ordena todo o nosso mundo. Em seu pensamento, Boécio defende a ideia de que a Providência Divina é uma manifestação da sabedoria e do cuidado divino sobre o mundo. Ele argumenta que, embora o ser humano possa enfrentar sofrimentos e adversidades, isso não significa que o criador tenha abandonado a sua criação. Para Boécio, a Providência Divina seria uma força que orienta o Cosmos em direção ao bem, e mesmo os eventos que parecem ser negativos podem ter um propósito maior e contribuir para o bem final dos seres humanos dentro do Universo.

Boécio também distingue entre a visão humana da temporalidade e a perspectiva divina, que é *atemporal* e abrange toda a *eternidade*. Ele sugere que, enquanto os seres humanos podem ver apenas uma parte do todo e muitas vezes interpretam os acontecimentos de forma errônea, a sabedoria divina é capaz de perceber um plano bem maior e a completa harmonia que subjaz à realidade.

Assim, para Boécio, a providência divina é um princípio que garante a ordem e a Justiça no Universo, mesmo diante do aparente caos e o sofrimento que a experiência humana pode nos deixar impregnado em nossa alma. Isso oferece um consolo aos que por ventura sofram, pois implica que, apesar das dificuldades, há um propósito e um sentido maior nas suas/nossas vidas.

Esses pontos refletem a busca de Boécio por consolo e compreensão em meio ao seu imenso sofrimento pessoal, oferecendo uma perspectiva filosófica que combina elementos estoícos neoplatônicos. Onde somente a Divindade possui esse poder de transformar o mal em bem, servir-se dele e, partindo daí, fazer desabrochar efeitos

salutares. Pois há uma ordem geral que abarca todas as coisas; o que escapa de um lado aparece sempre de outro, a fim de que, no reino da Providência, nada seja deixado ao acaso, pois só um Deus poderia explicar esses mistérios? “Mas acho difícil falar dessas coisas como se eu fosse um Deus (Boécio, 1998; I, p. 11)”.

06- Em conclusão

Desde a antiguidade até os dias atuais a discussão sobre o conceito: *Liberdade de ação*, abrange uma rica tapeçaria de pensadores com os seus múltiplos pensamentos de natureza, filosóficos. Incluindo, inclusive, as contribuições dos pensadores que refletiram sobre as Musas da inspiração, os pré-socráticos, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e, por fim, Boécio.

Onde podemos apreender em nossa pesquisa que: as Musas, na mitologia grega, simbolizavam a inspiração artística e intelectual, e sua influência pode ser entendido-observada como uma metáfora para a busca da liberdade criativa e do potencial humano. Na Grécia clássica, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles começaram a examinar a relação entre razão e ação, enfatizando a importância do conhecimento para a verdadeira liberdade. Para Platão, a liberdade está intimamente ligada à busca do Bem e à compreensão do mundo das ideias, onde o conhecimento permite ao indivíduo, poder escolher praticar ações mais virtuosas.

Aristóteles, por sua vez, trouxe-nos uma perspectiva mais prática. Ele definiu a liberdade de ação em termos de virtude e do conceito de “*phronesis*” (sabedoria prática). Pois para ele, a verdadeira liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de acordo com a razão e a virtude. Portanto, a ação ética seria o exercício da liberdade, onde o indivíduo se realizaria plenamente.

Avançando para a Idade Média, passando por Santo Agostinho, encontramos Santo Boécio, em sua obra: "A Consolação da Filosofia". Tanto Agostinho quanto Boécio tentaram explicar a presença do mal no mundo em relação ao livre-arbítrio. Agostinho, por exemplo, argumenta que o mal não é uma substância, mas sim a privação do bem, resultante de escolhas inadequadas feitas pelos seres humanos que abusam de sua liberdade. Boécio também refletiu sobre a origem do mal e sua relação com as nossas escolhas.

Santo Agostinho e Boécio foram dois dos pensadores mais imprescindíveis e fundamentais que adentraram na discussão sobre o conceito de livre-arbítrio, cada um contribuindo de maneira significativa para a compreensão desse conceito dentro da filosofia e da teologia. Santo Agostinho, por exemplo, em suas obras, como já apresentamos, argumentou que o livre-arbítrio é essencial para a responsabilidade moral. Para ele, o homem é dotado de liberdade para escolher entre o bem e o mal, sendo essa capacidade fundamental para a sua salvação. Agostinho enfatiza que, embora a graça divina seja necessária para que o homem escolha o bem, essa graça não anula a liberdade humana. Em sua visão, o livre-arbítrio é um dom de Deus que permite ao ser humano cooperar com a vontade divina, formando um elo entre a liberdade humana e a providência divina.

Já Boécio, por sua vez, também aborda o livre-arbítrio em sua obra "A Consolação da Filosofia". Ele apresenta uma visão que busca conciliar a liberdade humana com a onisciência de Deus. Boécio argumenta que, mesmo Deus conhecendo todas as nossas escolhas passadas, presentes e futuras, isso não implica que o ser humano não seja livre para fazer todas essas escolhas. Para ele, Boécio, o livre-arbítrio seria a nossa capacidade de agir de acordo com a nossa razão e a nossa vontade, permitindo aos indivíduos serem responsáveis por suas ações. Essa visão destaca a dignidade do ser humano e a importância da razão na tomada de decisões.

Em conclusão, tanto Agostinho quanto Boécio reconhecem a importância do livre-arbítrio na condição humana, embora cada um tenha uma abordagem distinta. Agostinho enfatiza a relação entre a graça divina e a liberdade, enquanto Boécio busca harmonizar a liberdade humana com a onisciência divina. Ambos, no entanto, concordam que o livre-arbítrio é fundamental para a moralidade e a responsabilidade, ressaltando a dignidade do ser humano em suas escolhas. Segundo Fumaroli, Boécio, por ter sido leitor de Santo Agostinho: “aprendeu a contemplar estrelas. E continua a nos ensinar que é possível alcançá-las. (Boécio, 1998, II, p. 09)”.

Em síntese, a discussão sobre a liberdade de ação evolui de uma perspectiva mítica e poética que identificamos nas mitologias sobre as Musas, passando por uma análise filosófica da razão e virtude na Grécia clássica, para culminar numa reflexão sobre a relação entre liberdade e divindade nas obras de Agostinho e Boécio. Essa trajetória pode nos revelar a crescente compreensão da ideia de liberdade de ação como uma condição que envolve não apenas a nossa autonomia, mas também nossa responsabilidade ética e moral.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **O livre arbítrio**. São Paulo, 1995.

_____. Santo. **A graça de Cristo e o pecado original**. In Agostinho, Santo. *A Graça*, I. São Paulo, 1999.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução, introdução e comentários de Giovanni Reale. São Paul, 2002.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução, introdução e notas de José Veríssimo Teixeira da Mata. Goiânia, 2005.

BOÉCIO. **A Consolação da Filosofia**. Trad. do latim por Willian Li. São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis 1986.

ESPINDOLA, Laura Liliana Gómez, 2012. **Primeros desarrollos de la teoría estoica del destino**. Cali, Colombia; 2012.

GALVÃO, Lucia Helena. “**A Consolação da Filosofia**”. Nova Acrópole. <https://www.youtube>. Acessado em 11 de agosto de 2024.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. Livraria Martins Fontes – São Paulo, 2002.

KENNY, Anthony John Patrick. **Uma nova historia da filosofia ocidental** volume I. São Paulo, 2004.

RAMOS, Angelo Zanoni. **Ciência e sabedoria em Agostinho**. São Paulo, 2003.

REALE, Giovanni; 1992. **História da Filosofia Antiga**. Das Origens a Sócrates. Editora Loyola. São Paulo, 1992.